

BOLETIM RADAR AMBIENTAL – 001/2019

“A pujança da agropecuária brasileira é lastreada no mais relevante insumo: a informação”

Coordenador de Sustentabilidade da CNA – Nelson Ananias Filho

A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL) ao concentrar e disponibilizar as informações ambientais relevantes à atividade rural do estado, materializada nas páginas do Radar Ambiental, abre canal direto com seus representados, prestando um serviço estratégico para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do estado.

A Agricultura é um importante instrumento para o desenvolvimento sustentável do Brasil. O agropecuarista produz cada vez mais e cada vez melhor, garantindo a segurança alimentar. Se o país precisava de mais alimentos, fibras, biocombustíveis, biomassa, o setor respondeu à altura a este desafio produzindo com notável crescimento de produtividade, que se refletiu em produção. Recordes sucessivos de produção associados ao grande ativo ambiental dentro da porteira e as tecnologias de produção cada vez mais adaptadas garantiram ao Brasil o título de líder mundial em agricultura sustentável.

O desafio atual é muito maior. Para que o setor que alicerça a economia brasileira cresça, é necessário incorporar o conhecimento, alcançando a todos os produtores para que a informação seja difundida e aplicada, sejam elas de caráter técnico, político, comercial ou ambiental.

Nesta publicação a FAMASUL faz um recorte no Brasil mostrando de forma clara e direta as principais informações ambientais que impactam o estado onde o fomento à sustentabilidade deve ser priorizado e, no meu entendimento, adotado como uma estratégia de desenvolvimento econômico e social. Já dentro do estado, a publicação oferece um novo e atual canal de comunicação com o alcance necessário à dispersão horizontal do conhecimento e com o papel de ser instrumento de mobilização do setor em torno das questões ambientais oferecendo informações relevantes e atualizadas.

O Radar Ambiental tem como missão acompanhar e posicionar os produtores rurais sul-mato-grossenses nas ações sobre as políticas em normas ambientais brasileiras e estaduais; a criação de parcerias para recuperação e o uso sustentável da propriedade rural; informação técnica sobre assuntos relacionados ao poder legislativo e executivo e representação do setor agropecuário nas questões relacionadas ao meio ambiente.

Com as informações em mãos, o produtor rural terá o conhecimento necessário à gestão de sua propriedade, podendo dedicar-se ao seu negócio sabendo que está ciente das mais atualizadas informações. Conhecimento significa segurança jurídica e tranquilidade para produzir.

Diante desta brilhante iniciativa, que tenho a honra de apresentar, congratulo a FAMASUL que prima pelo apoio e desenvolvimento de seus associados oferecendo este importante instrumento de conhecimento e desenvolvimento do estado do Mato Grosso do Sul.

MATO GROSSO DO SUL = PRODUÇÃO DE ALIMENTOS + PRESERVAÇÃO DA VEGETAÇÃO	AÇÕES DO SISTEMA FAMASUL, PARA O PRODUTOR RURAL	VOCÊ SABIA?	CONQUISTAS SISTEMA FAMASUL	LEGISLAÇÕES ESTADUAIS RECENTES
PÁG. 2	PÁG. 4	PÁG. 5	PÁG. 6	PÁG. 8

MATO GROSSO DO SUL = PRODUÇÃO DE ALIMENTOS + PRESERVAÇÃO DA VEGETAÇÃO

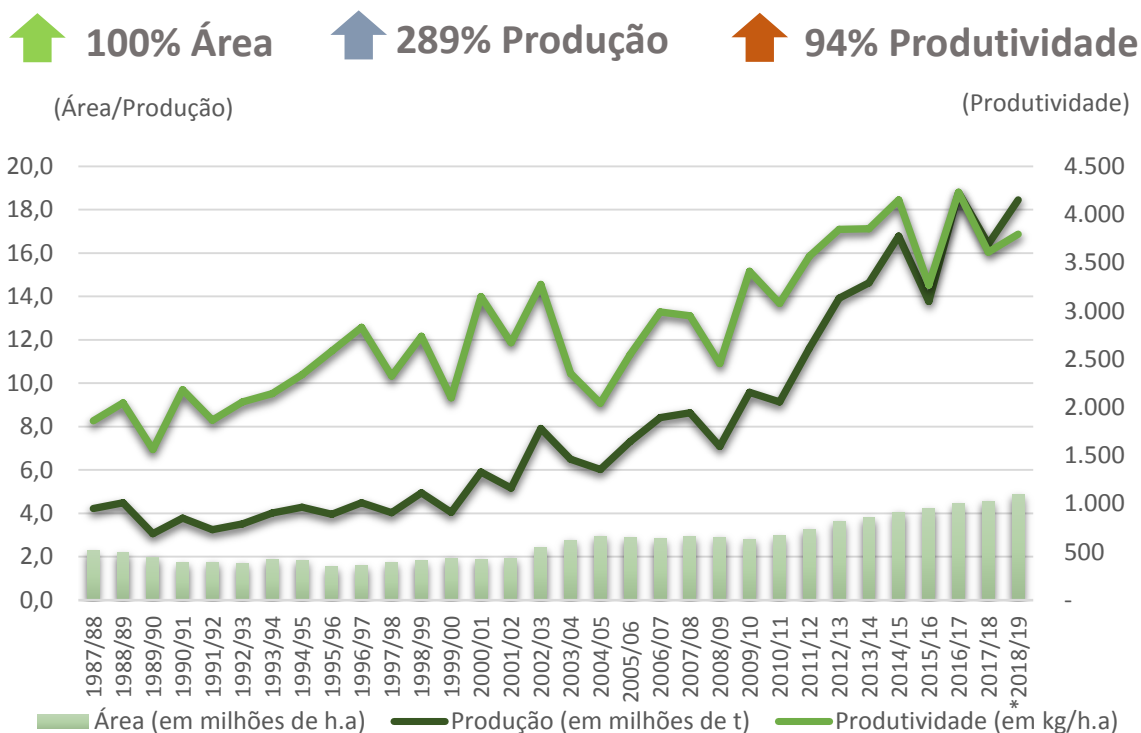
Mato Grosso do Sul é destaque na produção agrícola e por meio da agropecuária é referência em preservação ambiental, sem mencionar ainda as questões sociais, como geração de emprego e renda, a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas e atuantes direta e indiretamente no setor. Dos 35.714.564 hectares de área do território, apenas cerca de 13% destinaram-se a produção agrícola, conforme dados da CONAB - safra 2017/2018.

Nas últimas 30 safras, ainda de acordo com dados da CONAB, houve aumento significativo em produção e produtividade, sem que para isto ocorresse aumento de área, na mesma proporção. Este fato deve-se a evolução da agropecuária, e em grande parte com apoio da comunidade científica e de pesquisa, que gerou, melhorou e disponibilizou tecnologias e conhecimentos, a exemplo a agricultura de precisão, plantio direto, irrigação, sistemas de integração, entre outros.

Mas, só há efetividade se as tecnologias e conhecimentos forem realmente implementados nas propriedades rurais o que, pelos dados disponibilizados abaixo, verifica-se que é notório. Neste sentido, o produtor rural é o principal responsável pelo histórico positivo de preservação da vegetação.

De acordo com os dados consolidados pela CONAB, no estado, entre as safras de 1987/1988 e 2017/2018, houve aumento de 289% da produção agrícola e 94% de aumento de produtividade (Gráfico 01).

Gráfico 01 – Histórico da evolução da produção agrícola de MS nas últimas 30 safras.

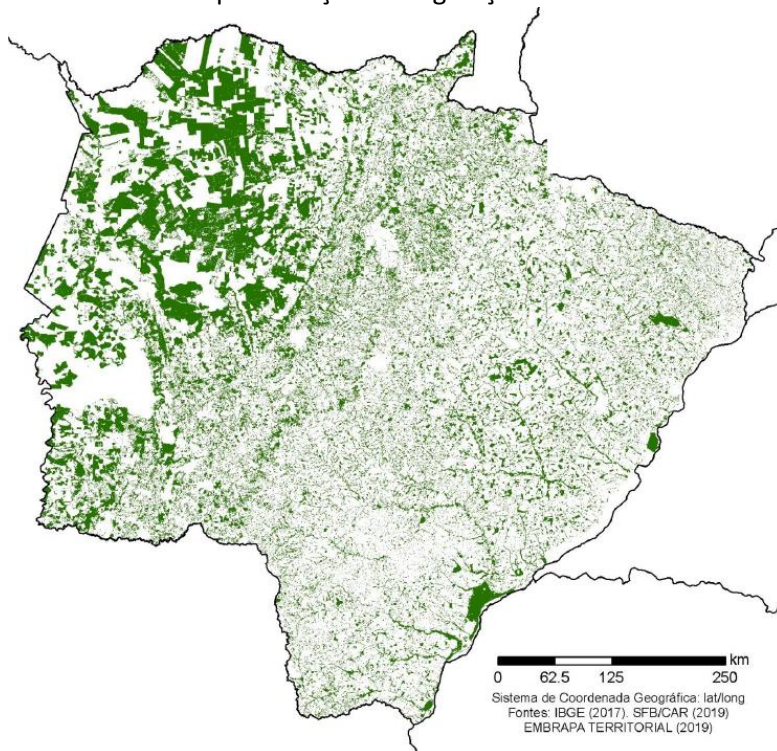


Fonte: Conab | **Elaboração:** DETEC/Sistema Famasul. *Projeção

Com a aplicação dos conhecimentos e das tecnologias disponíveis, entre 1987 e 2017, o produtor rural sul-mato-grossense **poupou mais de 4,2 milhões de hectares** em abertura de novas áreas, sem que com isto prejudicasse a produção de alimentos.

Além disso, a Embrapa Territorial, utilizando como base os dados do Boletim do Cadastro Ambiental Rural – CAR, do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – Sicar, de 2019, verificou que no MS os imóveis rurais cadastrados possuem uma área total dedicada à preservação da vegetação nativa de **9.477.692 de hectares** (Figura 01). Ou seja, na média, os imóveis rurais de Mato Grosso do Sul destinam **30,98%** de sua área para a preservação da vegetação nativa, ou ainda, estas áreas destinadas à preservação da vegetação nativa representam **26,54%** da área do Estado.

Figura 1 - Áreas dedicadas à preservação da vegetação nativa nos imóveis rurais de MS.



Fonte: Embrapa Territorial, 2019.

As áreas de vegetação protegidas em Unidades de Conservação (sem considerar as Áreas de Proteção Ambiental) e Terras Indígenas ocupam 3,61% do Estado, conforme a Embrapa. Sendo assim, há 9.477.692 de hectares de áreas destinadas à preservação da vegetação nos imóveis rurais contra 1.288.138 de hectares de áreas protegidas em Unidades de Conservação sem APA (e em grande parte sem regularização fundiária) e Terras Indígenas.

Através dos dados supracitados verifica-se que o produtor rural tem se aperfeiçoado, apresentando uma visão cada vez mais empreendedora e profissional da sua atividade, que é extremamente dinâmica, buscando conhecimentos técnicos e gerenciais que envolvem diversos aspectos.

Portanto, conhecimento, tecnologia, inovação, gestão e meio ambiente conservado, são importantes e essenciais para a continuidade da produção sustentável sul-mato-grossense e brasileira, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, de forma a contribuir para a produção de alimentos e consequentemente para a segurança alimentar, imprescindíveis às gerações atuais e futuras.

AÇÕES DO SISTEMA FAMASUL, PARA O PRODUTOR RURAL

O reconhecimento sobre a importância da conservação do meio ambiente pelo sistema sindical não é recente. O SENAR-MS, atua desde 1994 levando ao homem do campo informação e conhecimento por meio da formação profissional rural e da promoção social e, desde 2014, por meio da assistência técnica e gerencial e dos cursos técnicos. Mais do que conhecer os temas relacionados ao meio ambiente, mantê-los e considerá-los norteadores é uma questão de sobrevivência e sustentabilidade para o setor, que depende diretamente dos recursos naturais, como os solos, as florestas, a água, o ar, a fauna e a flora, pois têm relação direta com a qualidade das matérias-primas e com a suficiência na produção de alimentos.

Representatividade Rural

A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - Famasul, entidade que representa os produtores rurais sul-mato-grossenses, participa de diversos colegiados da área ambiental onde debate pautas referentes ao tema e compartilha conhecimento técnico, na busca do diálogo e soluções que compatibilizem os interesses dos produtores rurais e da sociedade.

No total, são mais de 137 representações realizadas pelo Sistema Famasul, sendo 27 relacionadas aos temas meio ambiente e recursos hídricos.

Na Tabela 1, a lista dos colegiados, nos assuntos de meio ambiente e recursos hídricos, nos quais a Famasul, representa e defende o produtor rural, tanto como membros efetivos ou como ouvintes/convidados.

Tabela 1 - Colegiados da área ambiental e recursos hídricos em que a Famasul possui assento.

MEIO AMBIENTE	RECURSOS HÍDRICOS
1.Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA	1.Comissão Nacional de Irrigação da CNA
2.Comissão de Meio Ambiente da FPA	2.Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH
3.Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena	3.Câmara Nacional de Recursos Hídricos Transfronteiriços - CNRH
4.Câmara Técnica do Plano de Manejo - Parque Nacional da Serra da Bodoquena	4.Grupo de Acompanhamento da Elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai
5.Conselho Estadual de Agrotóxico - CEA	5.Conselho Gestor Unificado do Parque Nacional de Ilha Grande e da APA Ilhas e Várzeas do Rio Paraná
6.Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental	6.Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH
7.Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA	7.Câmara Estadual de Instrumentos de Gestão - CERH
8.Câmara Técnica do Pantanal - CECA	8.Câmara Estadual de Assuntos Legais - CERH
9.Reserva da Biosfera do Pantanal	9.Câmara Estadual de Águas Subterrâneas - CTPAS
10. Comitê Interinstitucional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Previ Fogo	10.Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Miranda
11.Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável	11.Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema

12. Câmara Setorial Consultiva da Apicultura no MS - CSEAP-MS	12. Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Santana-Aporé
13. Grupo Técnico de Desenvolvimento da Agricultura no Mato Grosso do Sul	13. Comissão de Acompanhamento para a Efetivação do Enquadramento do Rio Anhanduí
14. Câmara Técnica de Conservação de Solo e Água	

Fonte: DETEC/Sistema Famasul | **Elaboração:** DETEC/Sistema Famasul.

REUNIÕES, EVENTOS E PARTICIPAÇÕES – 2019

RECURSOS HÍDRICOS

Bonito em Debate – Uma análise sobre o Assoreamento dos rios de Bonito
Reunião da Frente Parlamentar de Recursos Hídricos
Audiência pública - O impacto ambiental das intervenções humanas em áreas de preservação ambiental em Bonito (MS)
Reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
Reunião do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Miranda
Reunião Grupo de Acompanhamento do Rio Paraguai
Reunião do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema

MEIO AMBIENTE

Agro em Questão - Energias Renováveis
V Seminário - O Ministério Público e a gestão de resíduos sólidos e logística reversa
Ciclo de Palestras Mais Floresta
Reunião do Grupo Técnico Desenvolvimento da Agricultura no Mato Grosso do Sul
Reunião do Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA
Reunião Câmara Técnica do Pantanal – CECA
Reunião do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena
Reunião da Comissão Nacional do Meio Ambiente da CNA
Reunião do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Audiência pública –Saúde Coletiva
Reunião do Conselho Estadual de Agrotóxicos – CEA

VOCÊ SABIA?

Pergunta: 70% da água no Brasil é usada para irrigação?

Resposta: Não. Apenas parte do volume de água dos corpos d'água é passível de uso pela atividade agropecuária. Conforme estabelecido na Lei nº 9.433 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, de 8 de janeiro de 1997, “o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais”. Além disso, segundo a Resolução CNRH nº 16, de 08 de maio de 2001, é necessário manter a “vazão mínima do corpo de água necessária à prevenção da degradação ambiental, à manutenção dos ecossistemas aquáticos” além de

garantir “necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental”, o que é chamada de vazão ecológica.

Em Mato Grosso do Sul, a Resolução CERH/MS nº 25, de 03 de março de 2015, estabelece que a vazão máxima outorgável para usos consuntivos (onde se há extração e consumo da água, diminuindo a disponibilidade no curso d’água) será de 70% da vazão de referência - Q_{95} (vazão com permanência de 95% do tempo), para um trecho do corpo hídrico considerado.

Portanto, somente o que excede o uso prioritário e a vazão ecológica está disponível para os outros “usos múltiplos” e é outorgável, podendo ser utilizado pela atividade agropecuária.

Vale ressaltar ainda que parte da água utilizada na irrigação fica na planta, mas grande parte da água volta para a atmosfera (por meio da evaporação da água do solo e da transpiração da planta), escoar para os lagos, reservatórios e rios, ou é drenada para o lençol freático (água subterrânea).

Fonte: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA (2018) e Embrapa <<https://www.embrapa.br/agua-na-agricultura/perguntas-e-respostas>>

CONQUISTAS SISTEMA FAMASUL

2018

- Fórum Mundial da Água: a participação no evento possibilitou a visibilidade do setor e sensibilização da sociedade civil, em âmbito nacional e internacional, para as ações de preservação e conservação do meio ambiente e recursos hídricos, através da participação da CNA que contou com representantes de várias Federações, entre elas a FAMASUL.
- Resolução CERH/MS nº 51, de 07 de maio de 2018. Atendendo solicitação de produtores rurais, a FAMASUL solicitou ao órgão ambiental estadual dispensa, exclusivamente para fins de crédito rural, da exigência necessidade de ato administrativo para regularização de uso de recursos hídricos para a Safra 2018/2019.
- Portaria IMASUL nº 603, de 17 de maio de 2018, que estabelece o roteiro de Plano de Automonitoramento - PAM de Suinocultura para atendimento a condicionante do licenciamento ambiental estadual. Atendendo solicitação de suinocultores, a FAMASUL solicitou ao órgão ambiental estadual revisão das exigências dos PAM, de forma que fossem definidos, através de embasamento técnico e científico, os indicadores, parâmetros e a frequência necessária para monitoramento ambiental da atividade de Suinocultura.
- SENAR MS eleito como representante de Instituições de Ensino e Pesquisa, Setor Ensino e Pesquisa, no Conselho Gestor unificado do Parque Nacional de Ilha Grande e da APA Ilhas e Várzeas do Rio Paraná.
- Resolução CERH/MS nº 54, de 18 de junho de 2018. Atendendo solicitação de produtores rurais, a FAMASUL solicitou ao órgão ambiental estadual revisão da referida resolução, de forma que seja enquadrado como uso insignificante não mais os usuários que capturem volume menor ou igual a $10\text{m}^3/\text{dia}$ e sim $300\text{m}^3/\text{mês}$. Dessa forma aqueles produtores que, por necessidades pontuais em suas lavouras ao longo do mês, ainda estão enquadrados como Uso Insignificante.

2019

Eleições de Comitês de Bacias Hidrográficas: No mês de março de 2019 o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR/MS e a Associação dos Produtores de Soja - Aprosoja/MS foram eleitos como membros dos comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Miranda e do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema, para a gestão 2019/2022. Desta forma, o Setor Produtivo tem mais dois representantes para contribuir com a gestão dos recursos hídricos destas duas bacias hidrográficas.

Também compõem o CBH do Rio Miranda o Sindicato Rural de São Gabriel do Oeste, Sindicato Rural de Jardim, Sindicato Rural de Campo Grande, Sindicato Rural de Guia Lopes da Laguna, o Sindicato Rural de Miranda e Bodoquena, o Sindicato Rural de Bonito, sendo o seu representante eleito também como vice-presidente do colegiado. Todos fazem parte do segmento de Usuários.

No CBH do Rio Ivinhema são membros: Sindicato Rural de Itaporã, Sindicato Rural de Rio Brilhante, Sindicato Rural de Naviraí, Sindicato Rural de Nova Alvorada do Sul, Sindicato Rural de Nova Andradina, Sindicato Rural de Dourados, Sindicato Rural de Anaurilândia, sendo o seu representante eleito também como vice-presidente do colegiado e Sindicato Rural de Taquarussu, todos no segmento de Usuários.

Os Comitês de Bacias Hidrográficas, previstos no Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, são órgãos colegiados onde são debatidas questões referentes à gestão das águas. São compostos por representantes do poder público, dos usuários das águas e das organizações da sociedade com ações na área de recursos hídricos.

Portanto, **maior representatividade e defesa do setor agropecuário** nos colegiados que promovem o debate das questões relacionadas aos recursos hídricos das bacias; que articulam a atuação das entidades que trabalham com este tema; que arbitram, em primeira instância, os conflitos relacionados a recursos hídricos; que aprovam e acompanham a execução dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias e exercem outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento e decisão do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos compatíveis com a gestão integrada dos recursos hídricos.

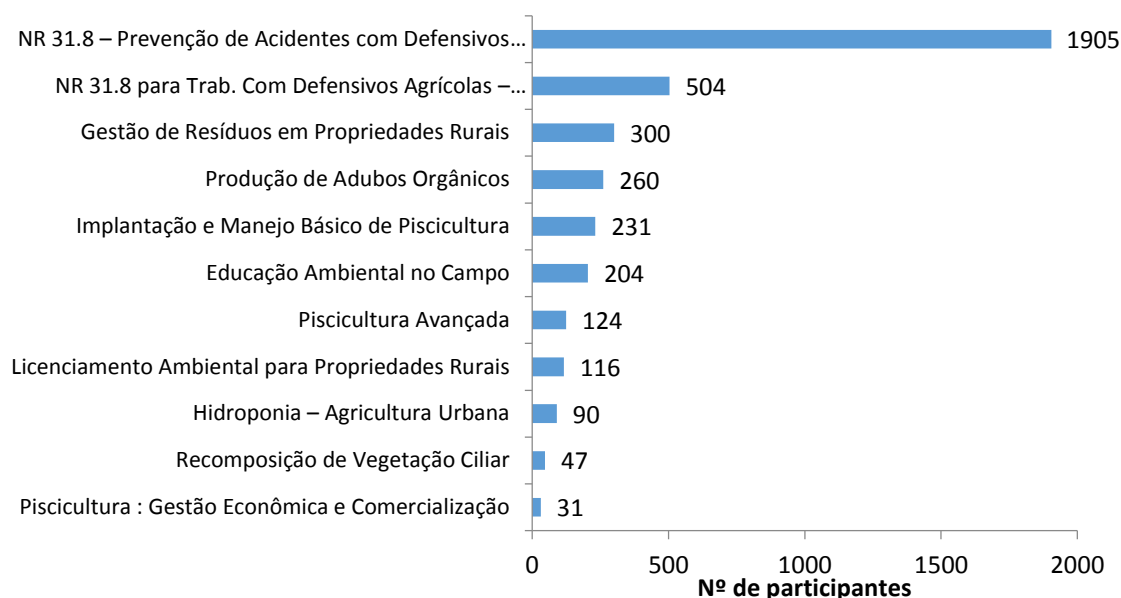
Desenvolvimento do Capital Humano

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso do Sul (SENAR-AR/MS) tem como espaço geográfico de atuação o Estado de Mato Grosso do Sul. Possui em seu portfólio cursos de Formação Profissional Rural, Promoção Social, Técnicos de nível médio nas modalidades presencial e semi-presencial, Programas e Projetos Especiais nas área de saúde e educação, além de Assistência Técnica e Gerencial, tudo isso formatado para atender a demanda educacional e profissionalizante de 14 cadeias produtivas do agro.

De acordo com a metodologia educacional preconizada pelo SENAR, são conteúdos transversais das programações de Formação Profissional Rural: a saúde e segurança no trabalho rural, a preservação do meio ambiente e o bem-estar animal. E nas ações de Promoção Social, contempla-se as atividades focadas na conscientização do indivíduo e da população, voltadas à valorização, à preservação e à recuperação do meio ambiente.

Em 2018 o SENAR capacitou mais de 40.000 pessoas, tendo sido 3.812 participantes certificados nos cursos e treinamentos relacionados aos temas de meio ambiente e recursos hídricos (Figura 2).

Figura 2 – Número de participantes por curso relacionado aos temas de meio ambiente e recursos hídricos realizados pelo Senar-AR/MS em 2018.



Fonte: UNIED/Sistema Famasul | Elaboração: DETEC/Sistema Famasul.

LEGISLAÇÕES ESTADUAIS - NOVIDADES

Recursos Pesqueiros

- Lei Nº 5.321, de 10 de janeiro de 2019. Dispõe sobre a proibição da captura, do embarque, do transporte, da comercialização, do processamento e da industrialização da espécie *Salminus brisiliensis* ou *Salminus maxillosus* - Dourado.

Controle e Qualidade Ambiental

- Lei Nº 5.322, de 29 de janeiro de 2019. Acrescenta dispositivo na Lei nº 4.163, de 2 de janeiro de 2012, que disciplina, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a exploração de florestas e demais formas de vegetação nativa, a utilização de matéria prima florestal, a obrigação da reposição florestal e altera dispositivo da Lei nº 3.480, de 20 de dezembro de 2007.

Sanções

- Decreto Nº 15.156, de 8 de fevereiro de 2019. Institui o Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (PECOMA - IMASUL).

Cadastro Ambiental Rural - Compensação de Reserva Legal

- Resolução SEMAGRO Nº 673, de 14 de março de 2019. Altera e acrescenta dispositivos a Resolução SEMAC nº 11, de 15 julho 2014, que implanta e disciplina procedimentos relativos ao Cadastro Ambiental Rural e sobre o Programa MS Mais Sustentável a que se refere o Decreto Estadual nº 13.977, de 05 de junho de 2014.

Conservação do Solo e Água

- Decreto Nº 15.197, de 21 de março de 2019. Disciplina o procedimento de apresentação de Projeto Técnico de Manejo e de Conservação de Solo e Água para implantação de atividades que demandem ações de mecanização de solo nas Bacias de Contribuição do Rio da Prata e do Rio Formoso, nos Municípios de Jardim e Bonito, e dá outras providências.

Licenciamento Ambiental

- Resolução SEMAGRO Nº 674, de 11 de abril de 2019. Altera dispositivo da Resolução SEMADE nº 9, de 13 de maio de 2015, que estabelece normas para o licenciamento ambiental estadual.

Recursos Hídricos

- Resolução CERH/MS Nº 58, de 16 de maio de 2019. Prorroga a dispensa, exclusivamente para fins de crédito rural, a necessidade de ato administrativo para regularização de uso de recursos hídricos para os anos 2019/2020 nas condições que especifica.

AGENDA - JUNHO

05/06 – Dia Mundial do Meio Ambiente

Departamento Técnico

Ana Beatriz Paiva Sá Earp de Melo – Eng. Ambiental
Analista Técnica
e-mail: anabeatriz@senarms.org.br

Daniele Coelho Marques – Eng. Agrônoma
Consultora Técnica
e-mail: daniele@senarms.org.br

Clóvis Ferreira Tolentino Júnior – Eng. Agrônomo
Consultor Técnico
e-mail: clovis@senarms.org.br

Sistema Famasul

Federação da Agricultura e Pecuária de MS
www.sistemafamasul.com.br

R. Marcino dos Santos, 401. Bairro Chácara Cachoeira II
Campo Grande-MS. Fone: (067) 3320-9750 ou (67) 3320-9724

EXPEDIENTE

Presidente: Mauricio Koji Saito

Vice-presidente: Luis Alberto Moraes Novaes

Superintendente do Senar - AR/MS: Lucas Galvan

1º Secretário: Frederico Borges Stella

2º Secretária: Edy Elaine Biondo Tarrafel

3º Secretária: Maria Tereza Ferreira Zahran

1º Tesoureiro: Marcelo Bertoni

2º Tesoureira: Thaís Carbonaro Faleiros Zenatti

3º Tesoureiro: André Cardinal Quintino

Realização:



FAMASUL
SENAR
SINDICATOS



/sistemafamasul